

O LIVRO DIDÁTICO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Priscylla Karoline de Menezes¹
Comunicação Oral – GT de Geografia

RESUMO

Esse artigo apresenta parte de um estudo realizado no trabalho de monografia, no curso de Licenciatura em Geografia, onde a autora buscou compreender o papel do livro didático na construção do conhecimento em sala de aula. Estudo justificado principalmente por esse recurso tornou-se uma importante ferramenta de auxílio didático adotada em todas as partes do Brasil. Assim, nesse trabalho que aqui se segue, com o objetivo de compreender o papel do livro didático no processo de ensino aprendizagem; e como a ação de mediação didática pode contribuir para o ensino aprendizagem no uso desse recurso; e refletir sobre o processo de ensino e a ação docente nesse processo, esse texto foi estruturado da seguinte maneira: primeiramente isso fez-se uma apresentação do livro didático, seu surgimento e suas possíveis concepções. Em seguida foi feita uma discussão relacionada à concepção de ensino e a importância da atuação docente, a qual deve ser crítica e com posicionamento. Por fim, fizemos uma abordagem quanto aos procedimentos de mediação didática e os processos de ensino aprendizagem, momento em que procuramos mostrar os pontos positivos e negativos da mediação didática escolhida. Assim, percebemos a real importância de uma boa formação do professor para uma atuação consciente e capaz de pensar quanto sua atuação, seus alunos e suas realidades, a abordagem dos conteúdos e a utilização dos recursos que lhe são dispostos.

PALAVRAS-CHAVE: Livro Didático; Mediação Didática; Ensino aprendizagem; Atuação Docente.

INTRODUÇÃO

A partir de um interesse relacionado às formas como o livro didático de Geografia atua na formação de conceitos que incentivarão a formação de cidadãos autônomos e integrados com o meio em que está inserido, foi desenvolvido este estudo. Com o objetivo de compreender o papel do livro didático no processo de ensino aprendizagem; como o processo de mediação didática pode contribuir para o ensino aprendizagem no uso desse recurso e refletir sobre o processo de ensino aprendizagem e a importância da ação docente nesse processo, esse estudo procurou verificar como tal recurso vem sendo utilizado e discutido com o passar dos anos.

Tema importante de ser analisado, uma vez que se trata de um recurso que para sua

¹ Aluna Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, nível Mestrado; e Professora da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Minaçu. e-mail: priscylla.menezes@hotmail.com

aquisição e distribuição universal e gratuita aos alunos de instituições de ensino público brasileiro, conta com a Política Nacional do Livro Didático (PNLD). Resultado de diferentes e sucessivas propostas e ações realizadas pelo Estado, e de acordo com o Ministério da Educação (MEC) no ano de 2011, contou com um orçamento de R\$ 1,2 bilhão (um bilhão e duzentos mil reais), para a compra de livros didáticos do Ensino Médio, reposição e complementação do Ensino Fundamental.

É nesse contexto que surge a tentativa de responder inquietações relacionadas a: como o livro didático de Geografia pode atuar em conjunto com o professor na mediação do conhecimento e análise do lugar a que o aluno está inserido? Como o livro didático, que deve proporcionar um apoio pedagógico ao processo de ensino aprendizagem, tem sido discutido? Esse livro didático tem estimulado o estudante a problematizar seu cotidiano? Como o professor pode utilizar tal recurso nas discussões de sala de aula?

Para um bom desempenho das atividades e uma clara obtenção de resultados, o desenvolvimento desse trabalho foi estabelecido sistematicamente da seguinte maneira: A partir do levantamento bibliográfico em obras literárias, sites e periódicos para a identificação de trabalhos existentes que abordem o papel de livro didático nos processos de ensino, os processos pelos quais esse recurso didático veio passando durante seus mais de dois séculos de existência; fez a opção de apresentar primeiramente como o livro didático vem sendo abordado, tentando mostrar nessa discussão também suas concepções; logo em seguida, para melhor compreensão daquilo que entendemos como ensino e a importante atuação do professor (em especial o de Geografia) durante o processo de ensino aprendizagem, o qual começa desde o planejamento, passando pela execução e chegando até a avaliação do que foi feito; e por fim, foi feita uma abordagem dos processos de mediação didática (mostrando pontos positivos e negativos) e sua importância para uma aprendizagem significativa.

O livro didático e suas possíveis concepções

O livro didático por muito tempo teve seu uso questionado enquanto recurso em sala de aula, momento em que chegou a ser esquecido enquanto tal e passou a receber grande parte da carga de culpa pelas más condições em que se encontrava o ensino. Esquecia-se, nesse momento, dos problemas da má formação do professor e da falta de políticas públicas voltadas à educação. Assim, como solução fácil e rápida para os problemas da má qualidade de ensino, optou-se pela distribuição de manuais didáticos para as escolas públicas, afirma

D'Ávila (2008).

Associado a uma função social e pedagógica relevante, capaz de participar da construção do conhecimento e ampliação do universo dos alunos a partir do trabalho com textos impressos; o livro didático surgiu no mundo, no século XVII como um recurso impresso destinado ao processo de aprendizagem e formação. Com a sistematização das ciências, o crescimento das discussões sobre as técnicas de ensino e a crescente necessidade de preparo de recursos humanos para as provas de exames públicos, enfatizados a partir do século XX, esse recurso passou a ser visto como fundamental para homogeneização das informações, capaz de nivelar o ensino para todos (OLIVEIRA, 1984).

No Brasil, país que inicialmente tinha seus livros (no modelo de cartilhas) importados de Portugal, fato relacionado principalmente ao alto custo da produção de livros no país, e à precariedade da indústria gráfica nacional na época; viu a partir da década de 1970 estudos a respeito dos livros didáticos se disseminarem ao longo de seu território e diversificarem cada vez com mais destaque. Com isso tal recurso didático pôde evidenciar sua importância e se destacar como um material impresso, estruturado, destinado e adequado a ser utilizado no processo de aprendizagem.

Contudo, é importante lembrarmos que o livro didático não tem sua importância restrita ao aspecto pedagógico. Se associado aos diferentes processos pelos quais a sociedade vem passando, esse recurso também aparece como importante ferramenta no que se refere à mercadoria econômica (uma vez que desenvolve um mercado em sua volta) e às questões políticas, uma vez que atua diretamente na sociedade e em sua visão da ciência, da história e dos processos de conhecimento, o que influi nos seus valores políticos e culturais (SPÓSITO, 2006).

A partir dessa influência, que consegue exercer sobre a sociedade, até meados dos anos 1980, de acordo com Freitag *et al.* (1989), com o objetivo de distorcer as contradições sociais, era comum que os livros didáticos distanciassem o conteúdo da realidade a que os alunos estavam inseridos. A partir de 1980 com as orientações curriculares passaram tais distanciamentos e abordagens distorcidas passaram a ser extintas, uma vez que a partir desse momento entendia-se que os alunos tem suas necessidades de afinidades pelo contexto cultural e sócio-econômico, e o livro didático, segundo o autor, muitas vezes é o único livro que o aluno tem acesso e configura a leitura da informação.

Ao tornar-se um recurso utilizado por uma grande quantidade de pessoas, seu comércio passou a ser visto como uma atividade vantajosa, lucrativa e de comercialização certa, ainda mais se levarmos em consideração que seu maior comprador é o Governo

Federal. Daí a preocupação das editoras em fazer um produto para o comércio e atrativo para venda, o que infelizmente nunca garantiu uma preocupação em atender às necessidades básicas de aprendizagem, pois como afirma Pontushka et al. (2007 p. 339-340):

Como mercadoria, o importante para as editoras é que ele seja vendido, e é preciso considerar que o grande comprador do livro didático é o próprio governo federal. Daí resulta o desejo das editoras de que seu livro seja escolhido e bem avaliado pelo MEC – do contrário o governo central não vai comprá-lo.

Nesse contexto, muitas críticas passaram a ser realizadas com relação aos autores de livros didáticos, que na maioria das vezes eram criticados por elaborarem livros unicamente para o mercado. Outras críticas passaram a ser direcionadas também para o Estado, quando negligencia o conteúdo apresentado no livro didático e a quem ele é dirigido. Dessa forma recaía sobre o professor a responsabilidade de definir a importância dada a este recurso no processo de ensino aprendizagem.

Sabemos que o livro didático é ainda um grande referencial para muitos professores, ainda mais se levarmos em consideração a formação desse profissional, a escola em que trabalha e a classe social de seus alunos. Pois como afirma Lajolo (1996) apesar do livro didático apresentar problemas relacionados à preocupação excessiva com definições, tratar com artificialidade os exemplos e apresentar textos defasados com a realidade vivenciada, esse pode ser o único recurso de apoio ao docente que se programa para atender os quesitos curriculares.

Se observarmos dessa maneira, chegamos a conclusão que o livro didático é um recurso que substitui subsídios não existentes nas escolas, e ainda é estruturador da linguagem que revoga do professor a necessidade de um papel mediador dentro do processo de ensino-aprendizagem. Porém sua eficiência ou não depende diretamente da maneira como o docente o utiliza, o internaliza e conduz sua utilização. Pois como afirma Lajolo (1996, p. 4) o livro didático é um “instrumento específico e importantíssimo de ensino e de aprendizagem formal [...] que pode ser decisivo para a qualidade do aprendizado resultante das atividades escolares”.

De acordo com a autora, por isso a necessidade de preocuparmos com sua linguagem verbal, sua impressão, sua encadernação (que deve ser resistente), suas ilustrações (mapas, tabelas, gráficos, diagramas) expostas com significados e associadas aos conteúdos, que devem sempre visar sua função coletiva no aprendizado de conteúdos e na influência de valores e atitudes. Nesse sentido, observamos que existe um conjunto de variáveis que o

professor deve levar em consideração ao atuar como mediador do conhecimento aos alunos, o que fará com que suas aulas sejam ou não condizentes à realidade de seus alunos.

Até mesmo porque suas formas de utilização devem variar de acordo com a necessidade do professor. Pois como afirmam Netto *et al.* (1974, p.58): “Há numerosas maneiras de se usar o livro na escola, desde uma rápida consulta até o planejamento e a realização de uma unidade de ensino, envolvendo preparação dos alunos, debates, exposição etc.” e o sucesso dessa utilização dependerá da forma como foram estruturadas as etapas de preparação do professor e preparação dos alunos. Porque antes de trabalhar o conteúdo é preciso preparar o aluno para a significativa leitura ou estudo do texto.

Com relação ao uso desse recurso em sala de aula, Pontushka (2007) divide os professores em dois grupos. O primeiro, formado por professores que tem uma boa formação, que explora bem o livro didático e ainda se utiliza de outros recursos didáticos interdisciplinares, não se limitando somente a esse material. O outro grupo é composto por professores, que tem acesso ao livro didático, e o utiliza como o único recurso de ensino aprendizagem. Mas é a partir dessa afirmação que podemos nos questionar se basta ao professor uma boa formação para conseguir mediar todo conhecimento necessário aos alunos.

A concepção do ensino e a importância das ações docentes

Sabemos que o processo de ensino vai além das observações feitas sobre disciplinas e conteúdos. É um processo que segundo Schön (2000) também se dá a partir do diálogo entre o professor e seu aluno, o qual nem sempre está atrelado apenas às palavras, mas também ao conhecimento mútuo entre eles. Podendo acontecer em diferentes escalas, de acordo com o autor essa comunicação para alguns acontece de forma rápida, bastando o tempo de as mensagens serem entendidas, para outros essa comunicação é um pouco mais demorada e muitas vezes pode nem acontecer.

De acordo com Schön (2000, p.85) “Alguns estudantes nunca entendem o que o instrutor está falando – ou creem que entendem quando o instrutor tem certeza de que não –, e alguns instrutores nunca conseguem atingir seus estudantes”. A fim de resolver tal impasse, e ter maior eficácia no processo de ensino aprendizagem, uma possibilidade segundo o autor é que o professor fale sempre que possível no contexto que envolve o que o aluno está fazendo e as instruções devem ser dadas nos momentos entre o antes, o durante e também nas reflexões sobre as tarefas executadas. E que o estudante ouça e traduza em ações aquilo que ouviu como se estivesse recebendo instruções para serem executadas, mentalizando sempre

um caminho para se chegar ao resultado.

Outra possibilidade apresentada pelo autor é a de o professor demonstrar a intenção de sua ação para que o estudante o imite, atitude que levará detalhes e características do estudante à ação. Dessa forma o docente ajuda que o aluno desenvolva por conta própria a ação desejada por ele e assim o faz entender o que crê ser necessário. Para Schön (2000, p.90) “[...] Um instrutor demonstra partes ou aspectos do processo [...], para ajudar seu aluno a entender o que ele crê que ele precisa aprender e, ao fazê-lo, atribui-lhe uma capacidade para a imitação [...]”.

Dessa forma, o autor acredita que cada um, dentro de seus limites, torna-se capacitado a ouvir e imitar o professor e o professor fornece a evidência para a reflexão do estudante, ou seja, “[...] Quando instrutor e estudante coordenam a demonstração e a imitação, o dizer e o ouvir, cada componente do processo preenche espaços de significados inerentes ao outro [...]” (SCHÖN, 2000, p.97). Portanto, o docente deve observar as dificuldades, os limites, as potencialidades e os esforços de cada aluno. E este por sua vez deve aprender a ouvir e a imitar reflexivamente o professor.

Assim, para Schön (2000) é preciso que haja tempo para que as ações crítica e reflexiva aconteçam. Até mesmo porque é necessário respeitar os ciclos de aprendizagem dos alunos, que vivenciam espaços e tempos diferentes, e que muitas vezes não concretizam e não vivenciam tudo aquilo que foi abordado. Sabemos que esse novo conhecimento é obtido a partir de um conhecimento já existente, por isso a necessidade de se falar em diferentes formas de abordagem dos conteúdos e de se pensar nas diferentes faixas etárias atendidas pelas escolas.

Como o professor precisa desenvolver sua apropriação teórico-crítica das realidades, considerando os contextos concretos da realidade; ele necessita apropriar-se de metodologias de ação, para facilitar seu trabalho docente e assim resolver problemas de sala de aula; e por fim, considerar os contextos sociais, políticos, institucionais na configuração da prática escolar (Libâneo, 2006, p. 70).

Uma possibilidade de agir assim, como disse Libâneo, é considerar o cotidiano do estudante como ponto fundamental para entender os diferentes fenômenos que o envolve. Para Cavalcanti (2003) é assim que a Geografia tem a oportunidade de promover uma ajuda pedagógica ao aluno na construção de seu próprio raciocínio. Ajuda que está associada à atribuição de sentido àquilo que é discutido pela disciplina em sala de aula e à soma de conhecimentos já existente.

Apesar de nem sempre ser ensinado a refletir sobre suas práticas e a realidade em que

está inserido durante seu processo de formação, o professor tem papel essencial para o desenvolvimento cognitivo de seus alunos, que devem aprender a confrontar saberes geográficos, realidade vivenciada e diferentes contextos. Para que isso ocorra, de acordo com Cavalcanti (2012), é preciso que o professor vá além de saber o conteúdo, e se posicione sobre as finalidades da Geografia em sua proposta de trabalho.

Ao se posicionar frente à ciência e quanto ao seu papel como educador, o professor poderá articular a prática com a teoria e então definir o que ensinar, para quem e como. Saberes que Cavalcanti (2012, p. 111), após investigações e formulações teóricas a respeito do que os professores de Geografia necessitam saber para atuar profissionalmente, afirma ser fundamentais para a boa prática docente e um ensino significativo. São eles:

1. “*Saber Geografia*” – o professor precisa saber mais que conhecer os conteúdos, precisa ter domínio pleno da área de conhecimento.
2. “*Saber ensinar*” – o educador deve saber pensar sobre o ensino como fenômeno social, como algo vinculado a projetos de mundo, e ver-se como mediador no processo e posicionar-se.
3. “*Saber pra quem vai ensinar*” – o professor precisa conhecer seus alunos e seus contextos de vida, para refletir sobre a subjetividade humana e entendê-los como sujeitos sociais.
4. “*Saber ensinar Geografia*” – conhecimento que deve ser adquirido nos cursos de formação os quais devem propiciar referências teóricas para a reflexão do professor, de sua identidade, de sua prática e de escola.
5. “*Saber pra quem ensinar Geografia*” – que está relacionado ao currículo e os processos de constituição dos conteúdos escolares, além da compreensão da importância daquela matéria na formação básica.
6. “*Saber como ensinar Geografia para sujeitos e contextos determinados*” – é compreender o papel da escola como instituição social com suas crises, conquistas, posição na sociedade e enganos.

Ao partir desses saberes, o professor poderá então exercer sua atividade e relacionar-se com o livro didático de forma a entender seu papel de educador. Capaz de saber para quem vai ensinar e saber para quem vai ensinar Geografia, respectivamente; o professor será capaz de realmente identificar quem são seus alunos e em que contexto social estão inseridos. Portanto, escolher qual a melhor forma de utilizar o livro didático, ou não.

Portanto, saber que é necessário estimular um pensamento crítico com metodologias de ensino que buscam a problematização e os questionamentos daquilo que é discutido. Sabendo ser de responsabilidade do professor, refletir sobre a forma como direciona sua prática e os conteúdos, deste modo ampliando sempre a análise do cotidiano do aluno, que nem sempre pode ser contemplado nos livros didáticos adotados, mas que faz com que a Geografia torne-se mais significativa para os mesmo.

A mediação didática e o processo de ensino aprendizagem

Ao compreendermos o processo de mediação como uma “forma de intervir sobre algo ou alguém, de modo a produzir resultados” como afirma D’Ávila (2008, p.123), e que a forma que auxiliará a transformação do conhecimento é a mediação didática, podemos compreender as críticas da autora quanto ao processo de mediação didática mecânica, que segundo ela, apesar de usar o livro didático não reproduz modificações no sujeito, não acrescenta conhecimento e reproduz os conteúdos isoladamente, sem trazer preocupação com a forma que o sujeito vê o objeto de estudo.

Ao adotar essa forma de mediação, o professor passa somente a reproduzir o que está no livro, sem questionar a aplicabilidade desse conteúdo para seus alunos e conseqüentemente sem transformá-lo em algo interessante. Dessa forma, o docente que deveria mediá-lo a fim de promover uma incorporação desses conhecimentos pelos alunos aos demais pré-existentes, não o faz. Conseqüentemente o papel do livro didático, que seria o de acrescentar informações acaba não se cumprindo e também, não estimulando o estudante à procurá-lo em caso de dúvidas ou curiosidades, tendo em vista seu papel enfadonho. Caráter assumido principalmente por atuar, em muitos casos, como único recurso de mediação utilizado pelo professor.

Assim, as diferentes culturas e costumes, paisagens e desenvolvimento e as peculiaridades de cada região, existentes no país e impossível de serem representadas nos livros didáticos acabam sendo esquecidas por esses professores; os quais deveriam ter por desafio o compromisso profissional de realizar a transposição de vários exemplos e atividades, para dar conta de um ensino mais próximo do cotidiano do aluno. Pois como afirma Lajolo (1996, p. 6) “não se espera que a aprendizagem se processe apenas pela leitura das informações que o livro fornece, mas também pela realização das atividades que ele sugere”.

Sabemos que alguns exemplos de atividades apresentados pelo livro didático são problemáticos. Muitas vezes utilizando imagens publicitárias (ação inadequada segundo o Plano Nacional do Livro Didático – PNLD) ou mesmo imagens que trazem ideias distorcidas da realidade (Campo como espaço atrasado/estagnado *versus* Cidade como espaço desenvolvido/em constante mutação) esse recurso acaba atuando de maneira conflitante, e se considerarmos o público a que tem acesso podemos ressaltar ainda mais a necessidade de reflexão por parte do docente no momento da adoção ou não de tais abordagens.

Uma possibilidade de aproximação do conteúdo disposto no livro didático à realidade a que alunos e professores estão inseridos é a utilização das diversas formas de comunicação existentes (televisão, *internet*, jornais e revistas) que atuam de maneira atraente e se refletida de maneira emancipada e crítica pode contribuir para o crescimento cognitivo do aluno. Além de ajudar na valorização do livro didático, que dessa forma tornar-se-á mais atraente e próximo do cotidiano discutido em sala de aula.

Dessa forma, o livro didático que deve ser encarado como um recurso de apoio às inúmeras possibilidades de abordagem de conteúdo, visando o processo de ensino aprendizagem, se olhado dessa forma, pelo professor, pode oferecer um leque de experiências e oportunidades a serem utilizados com os alunos. Por isso deve ser refletido pelo docente quanto à escolha do conteúdo e a forma de mediação a ser utilizada por ele em sua abordagem e o momento adequado de intervenção. Assim, fazer com que aquela mediação didática mecânica, definida por D'Ávila (2008) torne-se uma mediação didática crítica.

Entendemos por mediação didática crítica aquela em que o professor procura mostrar de forma crítica o conhecimento, que desperta a curiosidade, e desta forma faz o aluno ser capaz de assimilar o conteúdo apresentado, questioná-lo e ainda querer saber o que tem adiante para ser descoberto. A partir das palavras de D'Ávila (2008, p.126) podemos entendê-la como aquela que “[...] propicia, antes de tudo, o despertar das crianças para o desejo de aprender [...]”. Como esse tipo de mediação utiliza-se o livro didático para nortear o que será aplicado, porém vai além do que é apresentado por ele, pois busca trazer a discussão para o cotidiano dos alunos e dar a oportunidade de todos participarem da discussão.

Com a mediação didática crítica, o professor pode ser autônomo em suas atividades, e fazer com que o manual seja um recurso de grande ajuda para o professor, mas não o único. Com a opção de usar ou não o livro didático, o professor tem a possibilidade de desenvolver sua própria prática pedagógica, que envolva seus alunos no processo de aprendizagem, haja vista essa mediação instigar a curiosidade e estimular a capacidade dos alunos em participar dos processos desenvolvidos em sala (D'ÁVILA, 2008).

A partir de uma avaliação feita diariamente com esse tipo de mediação tem-se a ideia de que todo o trabalho em classe é avaliativo. Dessa forma, todo o processo de ensino e aprendizagem é avaliado e não só, problemas pontuais, como ocorrem na forma de avaliação com provas, como observa D'Ávila (2008) no trecho a seguir.

A avaliação vista como diagnóstico e presente em todo o processo de ensino e aprendizagem significa uma conquista nesta escola, pois que se opõe ao sistema injusto de notas atribuídas em avaliações episódicas e pontuais. Representa tal concepção, um avanço em relação ao sentido classificatório de avaliação tão em voga no ensino tradicional. (D'ÁVILA, 2008, p.164).

Assim, as formas de mediação que podem ser seguidas em sala de aula, com ou sem o uso do livro didático, terá seu sucesso a partir da atuação do professor. O qual atribuirá a esse recurso seu devido papel, aquele ligado à mediação mecânica com seus resultados sem muitos significados para a aprendizagem ou à medição crítica que visa buscar sempre a participação dos alunos em sala de aula e a reflexão crítica daquilo que é discutido.

Evidente que, tais escolhas nos processos de mediação não solucionará todos os problemas enfrentados em sala de aula e na escola, uma vez que ainda há problemas relacionados à estrutura, aos materiais de apoio, a má formação de professores e suas baixas remunerações, porém é a partir de tais escolhas que podemos exercitar a reflexão de nossas práticas de ensino em diferentes condições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recurso didático com mais de dois séculos de existência, no Brasil, os livros didáticos foram vistos durante muito tempo, por uma grande parcela de intelectuais, como uma publicação de segunda categoria, obras descartáveis e instrumento de propagação dos ideais das classes dominante, como afirma Albuquerque (2011).

Este comportamento tem se modificado a partir da década de 1990, quando passou a ser objeto de estudos e fontes de pesquisas. Essas mudanças tem sido apontadas principalmente pela adoção de medidas Estatais, que, na busca pela homogeneização do ensino, estabeleceram que era de responsabilidade do Estado criar políticas para a elaboração, avaliação e distribuição do livro didático.

Com o passar dos anos, o livro, passou a desfrutar um alto grau de importância na escola brasileira. Ao tornar-se recurso de apoio à atividade docente acabou por despertar olhares de diferentes pesquisadores, que viam nesse material escolar uma parcela de

responsabilidade na formação do cidadão autônomo. Na Geografia, o cidadão teria que saber não apenas o conteúdo sistematizado que lhe foi passado, mas saber associar e analisar aquilo que lhe foi ensinado de forma a impulsionar transformações em seu cotidiano.

Considerando que o livro didático de Geografia, em especial no caso brasileiro, não teria condições de abarcar todas as diferentes culturas e lugares existentes no território, como dito anteriormente, podemos enfatizar o papel do professor na avaliação desse recurso. Momento em que o profissional deve analisá-lo de acordo com a realidade a que seus alunos estão inseridos e buscar apoio para seu trabalho em livros que abram portas para a abordagem do cotidiano. Sejam elas com sugestões de atividades, exemplos de abordagens ou simples manifestação de exemplos ali não abordados.

No entanto é importante salientar que é também papel do professor escolher sua maneira de mediar os conteúdos e levá-los ou não à discussão a partir de aportes locais. Fato que está diretamente ligado à sua capacidade de refletir também suas práticas pedagógicas e sua posição frente à ciência com a qual trabalha. Reflexão e posicionamento que refletirão diretamente no uso do livro didático, e conseqüentemente no seu papel quanto recurso didático participante do processo de ensino aprendizagem nas salas de aulas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Livros Didáticos e Currículos de Geografia, Pesquisas e Usos: uma história a ser contada. In: TONINI, Ivaine Maria *et al* (Orgs.). *O ensino de geografia e suas composições curriculares*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos. PNLD 2012: Geografia*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12389&Itemid=1129> Acesso em: 21 mai. 2013.

CAVALCANTI, Lana de Sousa. *O Ensino de Geografia na escola*. Campinas, SP: Papirus, 2012.

_____, Lana de Sousa. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. 4. ed. Campinas: Papirus, 2003.

D'ÁVILA, Cristina Maria. *Decifra-me ou te devorarei: o que pode o professor frente ao Livro Didático?* Salvador: EDUNEB, 2008.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderley Ferreira. *O Livro Didático em questão*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

LAJOLO, Marisa. Livro Didático: um (quase) manual de usuário. In: *Em Aberto*, Brasília, ano

16, n.69, jan./mar. 1996. Disponível em:
<<http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1033/935>> Acesso em: 12 mai.
2013.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez Editora, 1990.

NETTO, Samuel Pfromm; ROSAMILHA, Nelson; DIB, Cláudio Zaki. *O livro na educação*. Rio de Janeiro: Primor/INL, 1974.

OLIVEIRA, João Batista Araujo; GUIMARÃES, Sonia; BOMENY, Helena Maria Bousquet. *A política do Livro Didático*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP: Summus Editorial, 1984.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. *Para ensinar e aprender Geografia*. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHÖN, Donald A. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Tradução: COSTA, Roberto Cataldo. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. A avaliação de livros didáticos no Brasil – Por quê? In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Livros didáticos de Geografia e História: avaliação e pesquisa*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.